

## A literatura em busca de um lugar neste século: apresentação

Cláudio do Carmo<sup>1</sup>

Douglas Rodrigues da Conceição<sup>2</sup>

Paulo César S. Oliveira<sup>3</sup>

As mudanças na sociedade global ocorridas desde o final do século XX às duas primeiras décadas do XXI caracterizam-se pela celeridade e pelo impacto provocado no campo social e das ideias. A técnica, sem dúvida, descortinou um mundo novo, comprimido entre a promessa moderna de progresso e felicidade e o (des) cumprimento da jura. Se, por um lado, o imperativo tecnológico reduziu distâncias, aproximou povos e culturas, por outro, ele é também responsável por uma nova ordem global que exclui, desemprega, controla, impõe. Em todas as formas de expressão artística e cultural, a avassaladora invasão do mundo da técnica vem fazendo com que os novos paradigmas de forma célere se apresentem e se liquefaçam. Essa rapidez pode ser observada nas estratégias das empresas de tecnologia da informação para convencer o mundo de que o mantra da novidade é a marca de nosso tempo.

No campo histórico-social, assistimos à queda das grandes ideologias políticas, especialmente a partir da dissolução da União Soviética, mas a nova ordem surgida está longe de significar apaziguamento das tensões, ao contrário, ela incrementa o apetite voraz de um capitalismo de efeitos devastadores, enquanto no campo social observamos o recrudescimento de antigos e conhecidos fundamentalismos que pensávamos inoculados. A dissolução da crença na política como possibilidade de transformação social, além da eleição do mercado e do consumo como os novos totens da sociedade de hoje completam parcialmente o quadro. Com o campo literário não seria diferente, é óbvio. As circunvoluções sociais e políticas e as formas de representação literária não escaparam à vertigem da indústria cultural, com

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciência da Literatura/ Poética (UFRJ). Professor Titular de Literatura junto ao Departamento de Letras e Artes / DLA, da Universidade Estadual de Feira de Santana / UEFS. Pós-Doutor em Estudos Comparados pela Universidade de Lisboa. E-mail: [claudiodocarmog@gmail.com](mailto:claudiodocarmog@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutor em Ciências da Religião, UMEP. Estágio Pós-Doutoral, Université Paris Nanterre. Professor Adjunto IV da Universidade do Estado do Pará. Atua como docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião (PPGCR) da Universidade do Estado do Pará (UEPA), Belém, PA, Brasil. E-mail: [abismos@gmail.com](mailto:abismos@gmail.com). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

<sup>3</sup> Doutor em Ciência da Literatura (Poética) pela UFRJ. Professor Adjunto de Teoria Literária da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Coordenador Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da FFP/UERJ.

impactos na reflexão ficcional, seja no drama, na poesia ou na narrativa, bem como nas formas de produção, distribuição e difusão dos produtos artísticos. Do mesmo modo, novos ordenamentos críticos surgem como respostas à revolução constante operada no mundo da mercadoria e que impactam na reflexão plural das mais diversas expressões literárias.

Ao propormos este dossiê sobre o lugar na literatura neste início de século XXI, sabíamos da impossibilidade de abarcar os fenômenos da escrita, o papel dos escritores e a complexidade do campo literário de agora. Algumas questões foram se impondo, à medida que selecionávamos os artigos enviados. Poderíamos destacar no conjunto de reflexões escolhidas o discurso das minorias, a questão da religião, os processos migratórios em escala global, o recrudescimento de diversas formas de fundamentalismo, além dos efeitos das guerras, como o drama da diáspora. Além dessas, questões “pétreas”, como as relações entre literatura, história e representação, de certa forma, ainda estimulam pensar as estruturas sociais, políticas e culturais do presente. As transformações globais acentuam desigualdades, expõem assimetrias a que países periféricos, principalmente, são expostos. No caso da cultura, as mudanças ocorridas nos últimos vinte anos mostram que na cena atual nem tudo é catástrofe ou destruição. Atentos às possibilidades daquilo que Milton Santos (2002, p. 148) propõe como “consciência universal”, possível de ser alcançada por uma outra globalização resultante da superação do modelo atual e que assegure à maioria da população “a satisfação das necessidades essenciais a uma vida humana digna”, talvez possamos superar as “necessidades fabricadas, impostas por meio da publicidade e do consumo conspícuo”.

A expansão global possibilitou o desenvolvimento de uma série de redes culturais no campo da literatura, mas esse crescimento também beneficia a poucos. Néstor García Canclini (2002, p. 60-61) diz que a assimetria da globalização não gera apenas desigualdades na satisfação das necessidades básicas da população. No campo cultural, ela também propicia a formação de grandes conglomerados de cultura, com fusões de editoras, livrarias e redes de comércio, o que facilitaria o acesso aos bens simbólicos, como no caso dos livros, mas isso também não se verifica na prática. A crise no ensino e o acesso cada vez mais restrito aos locais da chamada alta cultura, aliado ao preconceito contra a produção das camadas marginalizadas da população, acentuam o fosso entre as camadas socioeconômicas, especialmente, repetindo a política de exclusão vigente por aqui e nas demais nações

subalternizadas. A isso alude o escritor cubano Alberto Guerra Naranjo (2018, p. 269), ao comentar o panorama literário da Cuba de hoje:

Cuba contiene en sí una productiva y poderosa zona literaria en la actualidad. Coexisten varias generaciones de escritores intercambiando textos y visiones que van desde los escritores que tienen ochenta y tantos años hasta los que andan escribiendo buenos textos y solo cuentan con una veintena de años. Creo que es un panorama muy rico y desconocido para el lector de otras regiones del mundo y de latinoamérica y eso es lo lamentable, pero a través de las redes sociales y de proyectos como el de ustedes el desconocimiento será menor en la medida en que nos empeñemos en mostrar nuestras literaturas e intercambiarlas como debe ser.

Não se trata apenas de estímulo à comercialização em grande escala, mas de rever a forma como benefícios são partilhados na economia de mercado. No caso da literatura, o surgimento de novos suportes para o texto literário, a pirataria, o compartilhamento digital de textos apontam interessantes e inusitados rumos para o acesso e a difusão do livro e da leitura, com efeitos em áreas tradicionais do comércio livresco, como é de se notar pelo fechamento gradual das livrarias físicas. A conversão da frase-problema colocada como título deste dossiê (“A literatura em busca de um lugar neste século”) em pergunta-problema que inaugura a reflexão teórica neste espaço (“A literatura tem lugar neste século?”) nos provoca inúmeras indagações, visto que lugar e literatura são sintagmas dominantes nestas duas proposições. A partir da questão levantada por Lucia Helena (2018), podemos perguntar inicialmente o que se entende por “lugar”, como ele se estrutura e a partir de quais premissas e concepções.

Em sua experiência de leitora e consumidora de literatura, Lucia Helena observa, em visita a livrarias, algumas muito tradicionais e de grande porte, que os livros com maior potencial mercadológico são praticamente um unísono nas prateleiras desses espaços, enquanto que obras de teoria e crítica ou mesmo as de ficção tidas como mais complexas restringem-se a espaços menos nobres, no interior das lojas, e sua exposição é limitada ao tempo de lançamento, com a presença dos autores. Helena verifica esta tendência em Buenos Aires, nos Estados Unidos e no Rio de Janeiro, onde livreiros mais tradicionais e alguns estabelecimentos vêm gradualmente desaparecendo. À moda da reflexão benjaminiana, poderíamos dizer que o *flâneur* literário – aquele que porventura compreendia a ida às livrarias não apenas como momento de consumo, mas principalmente como realização de uma

experiência única – é membro de um grupo restrito, espécie de confraria dos que circulam pelos poucos espaços de convivência intelectual e humana remanescentes, que representam algo mais do que um balcão de compra e venda de mercadorias. Nos encontros virtuais, embora haja uma espécie nova de reunião, a presença se dá, ao mesmo tempo e paradoxalmente, em distância e em ausência, isto é, sem a interação olho a olho, sem o afeto e o calor da troca pessoal que a *flânerie* propiciava.

Ao examinar o discurso literário como um dos lugares privilegiados da reflexão crítica, Helena mostra como os espaços de complexidade configurados no texto literário e a reflexão crítica que deles decorre estão sendo partilhados cada vez menos. O consumo restrito a certa demanda da produção literária aponta para uma lacuna sensível no universo leitor, visto que o estranhamento e a complexidade próprios à literatura são relegados a um segundo plano, fruição de um grupo de iniciados e/ou nostálgicos. Por outro lado, nota-se que o mercado privilegia a busca frenética do mesmo, do fácil, das tendências da moda, fenômeno ditado pela lógica do consumo. A questão levantada por Helena é produtiva e nos leva imediatamente a interrogar a própria definição do que chamamos de “lugar”, mais especificamente, o “lugar” da literatura. As respostas talvez sejam menos essenciais, pois não há uma “terra à vista” onde possamos desembarcar. O problema está em jogo e neste jogo dependemos da contribuição dos muitos apostadores, que lançam seus dados a partir de lugares determinados, e de seus *loci* de fala, que dizem muito acerca do panorama que queremos traçar.

Uma primeira provocação à questão levantada por Helena poderia ser: existe um “lugar” da literatura? O que há neste lugar? Quais forças estruturam este espaço simbólico e multifacetado que chamamos de campo literário? Quem são os sujeitos que o compõem, teorizam e problematizam? Que interesses eles representam? A literatura, porque é uma instituição, não reproduz, acentua e repete posicionamentos, a rigor, ideológicos? Falar de um lugar do literário não requer problematizar as contradições, impasses e limitações deste campo? Para discutirmos o alcance dessas questões, a avaliação de Terry Eagleton (2006, p. 24), em obra conhecida, nos servirá de fio condutor para a apreciação crítica dos textos que os leitores encontrarão neste dossiê:

Se não é possível ver a literatura como uma categoria “objetiva”, descritiva, também não é possível dizer que a literatura é apenas aquilo que, caprichosamente, queremos chamar de literatura. Isso porque não há nada de caprichoso nesses tipos de juízo de valor: eles têm suas raízes em estruturas mais profundas de crenças, tão evidentes e inabaláveis quanto o edifício do Empire State. Portanto, o que descobrimos até agora é que a literatura não existe da mesma maneira que os insetos, e que os juízos de valor que a constituem são historicamente variáveis, mas esses juízos têm, eles próprios, uma estreita relação com as ideologias sociais. Eles se referem, em última análise, não apenas ao gosto particular, mas aos pressupostos pelos quais certos grupos sociais exercem e mantêm o poder sobre outros.

Depreendemos das afirmações de Eagleton que não se pode debater o campo literário fora de uma perspectiva essencialmente política. Rôssi Alves e Marildo José Nercolini, em “A cultura urbana periférica: silenciamentos e táticas”, partem de uma concepção do literário como prática social, a partir do pensamento de Raymond Williams, para afirmar que a complexidade das práticas deve ser investigada nos contratos, negociações e embates travados no campo literário. A literatura não pode ser isolada do campo social e das atividades outras integradas ao universo estético do texto ou que com ele dialogam, a partir das condições materiais de produção, circulação e legitimação. Daí o conceito aberto de literatura com o qual os autores refletem acerca das Rodas Culturais e dos Bailes Funk, produções essencialmente periféricas de áreas urbanas do Rio de Janeiro.

Tanto as Rodas Culturais quanto os Bailes Funk são modalidades de arte urbana, manifestações de habitantes das cidades, em espaços públicos geralmente abertos, consumidas a preço módico e que não dependem do apoio de instituições hegemônicas, públicas ou privadas, de poder. Para estas manifestações, importam menos os lugares prestigiosos do consumo. As práticas ali desenvolvidas e os produtos partilhados por centenas, milhares de pessoas, jovens, em sua maioria, abraçam o literário de diversas maneiras. O trabalho de Alves e Nercolini não advoga para estas manifestações reconhecimento acadêmico ou atenção das esferas da chamada alta cultura para suas práticas. Os autores questionam por que meios a produção cultural literária se manifesta e expande, o que não pode ser feito sem o devido questionamento dos espaços. E se formos atentar para as diversas manifestações literárias não captadas pelo radar da academia, veremos que a noção dura de literatura, muitas vezes, é insuficiente. Voltando a Eagleton (2006, p. 365), podemos dizer que uma concepção aberta de literatura nos permite abrir caminhos para entendermos com mais amplitude a matéria literária

e como “em um mundo dividido e fragmentado, ainda é possível incorporar um senso de valor universal”, significando que “em um mundo sordidamente material, ainda se pode vislumbrar um raro lampejo de transcendência”.

A cultura, obviamente, integra o universo problemático que chamamos de vida social. Ela é parte de um problema, conforme Eagleton, e não solução para ele. No caso das Rodas Culturais, o embate constante com o poder público, que detém a autorização do uso dos espaços citadinos, é um entrave às manifestações culturais fora do eixo hegemônico. A fala rimada das ruas estudada por Alves e Nercolini depende, portanto, da maneira como as políticas públicas encaram a cultura.

As Rodas Culturais compreendem que a arte deve ocupar os espaços da cidade, recusando a ideia de individualização e passividade impostas pelos poderes constituídos ao cidadão. Se há poder e repressão, deve haver também resistência, como entendem os autores, em consonância com o que pensa Michel Foucault, em *Microfísica do poder* (1979). As Rodas procuram revitalizar locais degradados, promover encontros, buscando sensibilizar o comércio, a prefeitura e os moradores para as possibilidades de cada região. Com isso, há uma contraordem, dizem os autores, a qual, ao invés de apagar o local, chama a atenção de seus habitantes para ele, espécie de interação afetiva em que sentimentos comuns são compartilhados. À dificuldade de negociação com o poder público, as Rodas desenvolvem estratégias de resistência: se o som for proibido, o evento se fará sem a tecnologia; se houver controle do espaço, as redes ajudam na programação e difusão dos eventos, de forma rápida e um tanto sigilosa, para que o poder não tenha tempo de articular formas de repressão. Nesta ágora contemporânea, as questões, obviamente, se distanciam, porém, curiosamente, se tocam, em comparação como consumo da arte em espaços tradicionais.

Se o desaparecimento das livrarias é um fenômeno gerado pelas regras de consumo de um mundo cada vez mais guiado pelo mercado, as trocas culturais na modalidade arte de rua são marcadas essencialmente pela resistência e pela tentativa de driblar o instituído, partindo do pressuposto de que não se pode conceber um “lugar” da arte, que também não contemple as manifestações culturais periféricas. Se o livro e a livraria dependem da venda dos produtos culturais, dentre outras atividades que as viabilizem, como os cafés, as vendas de CDs, vídeos, roupas e outros produtos, a repressão e os entraves a uma manifestação artística gratuita e ampla revelam um viés preconceituoso e reducionista com que se busca definir a função e o

consumo da arte. Sob este prisma, uma obra de valor seria aquela que galgaria os degraus da legitimação, como no caso de um Gregório de Matos, por exemplo. Podemos questionar, por exemplo, em que se difere a poesia pornográfica, satírica e marginal do autor baiano – que eram lidas pelo próprio nas ruas da então capital do país – da poesia dos jovens de periferia, igualmente recitadas nas ruas das grandes capitais? O que torna a obra de Matos altamente valorizada, enquanto a dos jovens poetas é estigmatizada?

Estes sujeitos e suas manifestações artísticas se veem, com razão, expulsos da atividade econômica, como entende Néstor García Canclini. Porque não obedecem à lógica do mercado, a inserção das culturas periféricas em circuitos de mais reconhecimento e valor será, para Canclini (2002, p. 86) muito limitada. Poderíamos perguntar, em tom de provocação, se uma manifestação cultural que reúne por vezes dois ou três milhares de pessoas necessitaria dessa legitimação, especialmente se sabemos que uma obra “legitimada”, e de sucesso, quando muito, consegue atrair umas duas ou três centenas de interessados. E aí teríamos que fazer uma provocação inversa: o valor de uma obra deve ser definido somente por seu local de fala e de escuta e pela quantidade de consumidores que ela porventura amealhe? Ou seja, a complexidade do problema continua residindo na pergunta, com mais força e peso, do que nas respostas.

As falas rimadas das ruas e a fala bailada do *funk* servem para ampliar o debate, como entendem Alves e Nercolini, porque trazem à discussão a pergunta sobre o lugar da literatura e da própria questão dos usos do lugar, demandando uma análise crítica dessas práticas culturais que, ao final, é política:

Mesmo que as Rodas de Cultura e os Bailes Funk sejam expressões culturais distintas, conectadas, respectivamente, ao Hip Hop e ao Funk, com suas diferenças e embates, ambas são criações feitas por jovens periféricos e em um contexto de cidade que, historicamente, discrimina, criminaliza e desvaloriza a periferia e os sujeitos que nela vivem.

Em relação à escrita das periferias, Ricardo Oliveira de Freitas e Sandra Andrade dos Santos (2018, p. 128) entendem que

[...] a produção literária da e sobre a periferia, sobre os juridicamente minoritários, sobre comunidades subalternizadas e desprestigiadas tem assumido importante papel ao contrapor modelos de pensamento canônicos,

forças hegemônicas e, combativamente, atribuir novos sentidos políticos às causas, aos problemas e às prioridades das comunidades no contexto do neoliberalismo.

Situando a reflexão na obra de Conceição Evaristo, Freitas e Santos (2018, p. 129) mostram que a dupla mão que leva a escritora a pensar sua obra como expressão de seus interesses particulares, também a direciona a produzir uma “literatura feita para a comunidade, para fortalecer a comunidade de brasileiros descendentes de africanos, brasileiros negros”. Daí os autores denominarem Evaristo representante-integrante de uma cultura negro-brasileira. Neste sentido, toda obra, e com a de Evaristo não é diferente, compõe-se de uma série de outras, na angústia da influência que leva o escritor negro a afirmar-se no cenário contemporâneo e, no mesmo movimento, a recuperar e valorizar toda uma poética ancestral de autores e autoras afro-brasileiros que carregam em seus textos esse passado encharcado de identidades, lutas, histórias e memórias. Essa prática é essencialmente política em sua natureza.

Quanto a isso, Claudio do Carmo (2018) nos mostra que se levamos em conta que a política é movida por interesses e negociações, trocas, perdas e ganhos, “é necessário cuidar que a literatura não está imune a isto, seja no texto literário, a ficção propriamente dita, seja no aspecto exterior ou físico da autoria”. A essas questões não escaparam Mário de Andrade e Machado de Assis, dentre outros, para ficarmos nos mais prestigiosos. Cláudio do Carmo recorta aspectos da relação entre literatura e política e conclui que essas discussões (seculares, diz) permanecem residuais no debate atual sobre as políticas literárias. Este problema diz respeito a autor e obra. E a ficção, propriamente dita, pode nos ajudar a pensar essas relações. Ao analisar os meandros da interseção entre obra e autoria em Orhan Pamuk, Ewerton de Freitas Ignácio e Emile Cardoso Andrade (2018, p. 238) acentuam o vínculo entre autobiografia, escrita ficcional e história:

Pamuk e sua personagem – o poeta Ka – viveram a experiência do deslocamento, uma vez que estiveram, cada um a seu modo, na condição de exilados. Pamuk fez uma estadia nos Estados Unidos depois de suas polêmicas considerações sobre o massacre de armênios e os embates com a guerrilha curda em seu país. Já o poeta de *Neve* esteve exilado na Alemanha por muitos anos, o que para ele se constituiu em uma experiência traumática que, por seu turno, resulta em um travamento criativo, em razão do qual a

personagem não conseguiu produzir sequer um poema no período compreendido por seu exílio.

Entre a experiência e sua ficcionalização, existe o mundo em que ambas as atividades se dão. A literatura está inserida neste mundo com que lida de forma a dar organização e sentido a ele, o que não quer dizer que nós, leitores (e) críticos, tenhamos a última palavra, a não ser que ela seja expressão de nós mesmos e daquilo que entendemos particularmente como o “nosso” mundo. Porque se lê de determinada forma e não de outra, parece que as reações críticas estão ligadas a pré-conceitos particulares e de grupos, e também a nossas práticas que, por vezes, nos impede de reconhecer as atividades culturais diversas de nosso raio de compreensão, sejam elas as de prestígio, como no caso de Pamuk, ou as pouco valorizadas, conforme o exemplo das Rodas de Cultura e dos Bailes Funk. Toda manifestação artística é, portanto, *food for thought*, expressão de língua inglesa bastante utilizada pelos cientistas e que significa “alimento para o pensamento”. Uma boa contribuição a essas indagações é a fala de Julián Fuks, o premiado autor do romance *A resistência*, lançado em 2015 pela Companhia das Letras, em entrevista a esse dossiê:

É muito difícil você olhar pra um presente da literatura e da narrativa e não enxergar diversidade, multiplicidade, etc. É um tempo em que nada se assentou, nada prevaleceu sobre o outro, nada se esqueceu, está tudo convivendo simultaneamente. De partida, é possível dizer que essa é uma das marcas do contemporâneo, mas tem que ter muita cautela com essa noção, porque em qualquer tempo você tem essa multiplicidade de discursos e de projetos estéticos, ou essa multiplicidade. A partir disso, no cenário brasileiro contemporâneo, penso que, perfis que antes não tinham tanto espaço no meio literário, lentamente têm ganhado vozes. Nesse ponto, a literatura brasileira tem sido mais diversa pelos perfis dos autores e das autoras, como, por exemplo, mais mulheres escrevendo, mais literatura de autoria negra, a presença de uma literatura de periferia que vai ganhando força, talvez não tão bem abarcada e assimilada ainda pelo mercado ainda, mas de outras maneiras, como a força que emerge dos saraus de periferia, Slam Poetry e essas coisas que você vê e que são elementos que estão ganhando bastante força e vida no cenário contemporâneo. Mas há, também, um tipo de literatura mais ligado ao mercado editorial, mais assimilado e mais aceito, e que tem pra mim como fenômeno mais interessante o hibridismo, ou melhor, a narrativa que não se constitui mais como pura (FUKS, 2018, p. 273).

Como se vê, também a percepção de alguns escritores, como Fuks, é a de que os espaços multiplicados na contemporaneidade representam um avanço, o que não significa que os produtos mais sintonizados com o mercado editorial devam seguir essa tendência e nem a ênfase em autores mais comprometidos com a criação implica necessariamente sucesso de vendas. Entretanto, Fuks não deixa de acentuar que mesmo um tipo de literatura *mainstream* flerta com um interessante hibridismo. Autores laureados, como John Maxwell Coetzee e Orhan Pamuk, agraciados com o Prêmio Nobel, trazem à cena literária instigantes reflexões sobre a criação literária como forma de reflexão e questionamento políticos. Sobre a questão do hibridismo, Helena (2018, p. 28) dirá que, no romance *Verão*, Coetzee “toma a seu cargo pensar e repensar a relação dinâmica e capitalista estabelecida entre a sociedade e o mercado e, destes, com a assinatura implícita de um pacto selado cada vez mais voraz e antropofágico em que o mercado engolfa a literatura”. *Verão* trata de uma suposta biografia de Coetzee, já morto, a ser escrita pela personagem Vincent, que não tem sequer uma ideia precisa de quem seja o biografado. A autoironia – Coetzee está vivo – é marcante, e estabelece uma crítica voraz às regras do mercado, à cultura das celebridades, de que se vale o escritor para repensar “a relação dinâmica e capitalista estabelece entre a sociedade e o mercado” (HELENA, 2018, p. 28).

Essas questões inserem o autor no circuito crítico que pensa o papel dos escritores-intelectuais na contemporaneidade. Orhan Pamuk, de acordo com Ignácio e Andrade (2018, p. 237), “discorre sobre a dupla identidade da Turquia e os choques culturais entre Ocidente e Oriente, que se configuram como característica marcante do país natal de Pamuk”. No Brasil, autores como Milton Hatoum, Michel Laub e Bernardo Carvalho, para ficarmos em alguns mais conhecidos do público, também se preocupam com as questões de identidade em suas escritas migrantes, em uma espécie de reapresentação do real a partir dos embates e polarizações do mundo contemporâneo que, frequentemente, estimulam os fundamentalismos e provocam guerras.

O problema da migração é um dos efeitos deste campo de lutas culturais, econômicas, religiosas e políticas. Andréa Correa Paraiso Müller apresenta um exemplo bastante sintomático destas possibilidades de escrita: a autora analisa *O caso Mersault*, do argelino Kamel Daoud, escrito em francês e em diálogo intertextual com *O estrangeiro*, clássico

romance de Albert Camus em que o franco-argelino estruturou através da personagem Sr. Mersault uma visão do absurdo da existência.

Como se vê, o diálogo de Daoud com Camus retoma as questões coloniais já investigadas por este, desta vez sob o prisma dos estudos pós-coloniais, traçando um paralelo entre a história individual – representada por Daoud na figura de Moussa, irmão morto do narrador, que a ele procura dar voz – e a história *tout court*. Müller vai mostrar que a intertextualidade proposta por Daoud com Camus rende mais do que simples jogos de escrita: e vão além, expandindo o discurso para a problematização mais ampla sobre os efeitos do colonialismo e das complexas relações criadas no âmbito da cultura e da política. Para Müller (2018, p. 231), o romance de Daoud “revive a história da literatura argelina de língua francesa, problematizando e trazendo para o presente muitas das questões abordadas por seus antecessores, entre elas, a língua e a relação dessa literatura com Camus”.

Neste sentido, as narrativas do trauma e das catástrofes produzidas ao longo dos processos de exploração colonial e a descolonização que sucede esses momentos obscuros da história são poderosos instrumentos para se repensar os diversos e complexos lugares de fala na literatura contemporânea. Temos em mãos uma série de obras literárias narrativas que investigam os arquivos individuais e coletivos, como pensa Shirley de Souza Carreira (2018). Elas operam, em seus relatos ficcionais, uma incursão obsessiva e com um quê de urgência que vai se transfigurando, ao final, em uma alegoria de nossa era das catástrofes, para usar uma expressão cara a Eric Hobsbawn.

Falar de memória é igualmente tratar do esquecimento. A experiência, porque não volta, entretanto, pode ser relatada, mas a memória tem seus lapsos, enganos, limitações. A história só retornaria, desta forma, em ruínas (lição benjaminiana), por meio de fragmentos, resíduos coletados em momentos de perigo, nos quais o indivíduo e sua história passam a representar o corpo social. *Sonata em Auschwitz* (2017), de Luiza Valente, *O cisne e o aviador* (2015), de Heliete Vaitsman, e *Nas águas do mesmo rio* (2005), de Giselda Leirner são três momentos deste *corpus* literário que investe na questão dos processos migratórios, do trauma e dos locais de fala reconduzidos pela memória ao escrutínio do presente. Carreira estuda a Shoah ressignificada por estas três escritoras que distendem o campo limitado dos registros históricos para conduzi-los, no espaço aberto do discurso literário, ao patamar da

crítica das ideias, pelas quais se abrem passagens para uma reflexão ampla sobre as consequências da barbárie, matéria-prima das ficções do trauma.

Estamos diante de narrativas de/em trânsito, ficções que entrecortam a geografia e a história mundiais, inventariando o sistema das catástrofes modernas cujos efeitos são sentidos ainda hoje. A poesia não está indiferente ao questionamento do lugar dos povos e de sua autodeterminação. Se a ficção pode inventariar histórias de forma a esmiuçar, em um universo mais amplo e com inúmeros personagens, as origens, transformações e reapropriações do trauma seja pela memória ou através da crítica aos arquivos, a poesia, com sua capacidade de concentração do máximo no mínimo, nos leva também a compreender o processo de formação dessa cultura pós-colonial, como no caso da literatura dos países africanos que têm o português como língua oficial.

Igualmente traumática, a colonização portuguesa deixou como herança aos espoliados uma língua dominante que se misturou com as línguas locais e essa simbiose, longe de poder ser desfeita, precisa ser compreendida em toda a sua extensão. Por meio de quatro poetas contemporâneos de Moçambique – Ana Mafalda Leite, Sangari Okape, Sónia Sultuane e Hirondina Joshua – Vanessa Riambau Pinheiro (2018) entende haver uma motivação épico-coletiva a guiar as autoras, o que os versos de Ana Mafalda Leite bem sintetizam: “Talvez alguém tenha ouvido tua voz caminhando rente ao deserto/ e rente ao mar Índico/ do outro lado do tempo, num outro mar e num outro continente/ Aqui no deserto a geografia do amor é um estranho desenho” (PINHEIRO, 2018, p. 154). Por meio dessas vozes, a história do indivíduo se vê impregnada pelo destino histórico, pela reminiscência dos eventos do passado na promessa do presente.

Riambau destaca as mulheres-esfinge, imprevisíveis, conscientes da multiplicidade da herança e da impossibilidade de se desmisturar. Sobre Okapi, Riambau afirma que “ao definir-se, a exemplo de Ana Mafalda Leite, o poeta já não encontra mais suas fronteiras, diluídas nas águas do Índico, ciente de sua incompletude: “Eis o que sou: ilha/ ou corpo cercado/ de gente/ por todos os lados” (PINHEIRO, 2018, p. 155). E que lugar está essa literatura a buscar? O processo de descolonização e as lutas pela independência provocam os poetas a pensar espaços de liberdade que vão além da impossível rejeição da herança do passado colonial em favor de uma literatura de raízes fincadas na terra espoliada, mas que é generosa o suficiente para incorporar o golpe e pensar o futuro de um projeto humano amplo.

A justa indignação contra o passado colonial pode levar, obviamente, a polarizações do tipo dominadores e dominados, porém, ao avançar a história, a complexidade das relações entre o que foi e o que permanece leva os poetas a situarem sua reflexão na rememoração de catástrofes, traumas, reconstruções identitárias, com vistas à construção de futuros que não desconheçam o passado nem as porosidades do hoje. O caráter acentuadamente político da literatura de hoje requer perguntas complexas e respostas plurais, como aponta Carmo (2018, p. 51): “Em todo caso, o que se tem, mesmo que veladamente, é uma subjetividade que em tempos atuais se transforma explicitamente numa literatura de ideias, afastando remotamente qualquer caráter lúdico, estético, num termo: ficcional”.

Cláudio do Carmo alude ao ficcional no sentido amplo de um campo em que as ideias se expressam através das formas literárias, mas não se descolam de uma política textual contestadora. Em “O direito à literatura”, Antonio Candido (2017, p. 174) nos ensinava que devemos pensar os direitos humanos a partir do pressuposto de que precisamos “reconhecer que aquilo que consideramos indispensável para nós é também indispensável para o próximo”. Por isso, a distribuição dos bens, sejam eles compreensíveis, como Candido os chama – educação, comida, casa, vestuário etc. –, ou incompreensíveis, como no caso da literatura, um bem simbólico, é um direito. Direito à liberdade, à poesia, “em todos os níveis da sociedade” (CANDIDO, 2017, p. 176). O que pode, então, a literatura, sendo um bem “incompreensível”, portanto, singular, se concordarmos com mestre Candido que ela é um direito de todos? O que pode o poema “a partir de uma perspectiva mais voltada para os eventos menores da existência, as coisas insignificantes do cotidiano”, em que a poesia articula memória e esquecimento, como no exemplo de Ana Martins Marques, estudada por Mariane Pereira Rocha e Aulus Mandagará Martins (2018):

Se houvesse  
um museu  
de momentos

um inventário  
de instantes

um monumento  
para eventos  
que nunca aconteceram

se houvesse  
um arquivo  
de agoras

um catálogo  
de acasos

que guardasse por exemplo  
o dia em que te vi atravessar a rua  
com teu vestido mais veloz

O museu de momentos, de instantes inventariados, eventos inexistentes compostos de agoras, acasos e momentos fugidios contrasta com a imagem utilitária dos museus como repositórios de um conhecimento acumulado e arregimentado, o que significa reconhecer a barbárie histórica que eles simbolizam. O museu de Marques, ao contrário, é um catálogo da experiência que se vive e esvai; apaga-se com o ser, com a memória e, ao final “desestabiliza, portanto, a concepção de museu como o templo dos grandes acontecimentos e obras representativas do passado” (ROCHA; MARTINS, 2018, p. 186). Vê-se que o lugar das ideias é político por excelência, conforme Carmo, o que Rocha e Martins reafirmam, na possibilidade de a poesia (a literatura) exercer um papel crítico em que os objetos ganham nova significação. Débora Chaves e Fernanda Aquino Sylvestre (2018, p. 166), em outra mirada, a das crônicas, são certeiras:

[...] a contemporaneidade exige de nós uma atualização ou uma atualidade; há uma constante necessidade de revisitarmos o passado a fim de atualizá-lo em relação ao presente e, conseqüentemente, desconectá-lo do seu tempo aparente para em seguida oferecê-lo a nossa necessidade de contextualização.

Em diálogo com Giorgio Agamben, Chaves e Sylvestre estudam a crônica de João Ubaldo Ribeiro e o exemplo não poderia ser mais característico desse universo de “agoras” de que tratamos neste dossiê. Se a crônica está ligada a uma temporalidade dada e a um campo literário um pouco mais restrito ou determinado do que o do romance, visto que a crônica é geralmente destinada a ser veiculada em espaços midiáticos. A crônica nasce, vive e sobrevive no tempo, descolando-se de sua origem e destinação, passando a figurar não apenas como documento, memória, mas especialmente como obra de prestígio. Olhar para o passado e olhar para o presente: na dialética afastamento/proximidade ocorre “uma percepção em

relação ao passado que o aproxima da necessidade de subscrever o tempo, isto é, o contemporâneo deseja registrar aquilo que só pode ser observado a partir de um olhar diferenciado ou mesmo singularizado, a respeito daquilo que se quer examinar” (CHAVES; SYLVESTRE, 2018, p. 167).

O museu de momentos fixado pela poetisa Ana Martins Marques dialoga com a possibilidade de uma “agoricidade” que não se restringe ao registro de objetos em um local dado – o museu, no caso –, mas se expando para os locais em que se articula uma geografia invisível a uma história do porvir. Chaves e Sylvestre, na mesma direção, entendem, concordando com Tiphaine Samoyault (*apud* CHAVES; SYLVESTRE, 2008, p. 169), que “desde a origem, a literatura está duplamente ligada à memória. Oral, ela é recitada, seus ritmos e suas sonoridades são organizados de maneira que se inscrevam por muito tempo na memória”. Daí que seus conteúdos não se dissociam de uma “obrigação de memória: coletivamente, é preciso recolher a gesta fundadora, coletar e registrar os altos feitos, as ações resplandecentes, uma estória constitutiva e constituinte. A origem está lá, na necessidade absoluta de precisar uma origem”.

Esses paradoxos e essas ilusões de origem e de centro provocam a tese de Ana Martins Marques: se a função do museu é preservar o passado, a memória ali colocada e exposta estaria preservada; no entanto, retirados do mundo do sujeito, os objetos lembrados não estariam mais disponíveis a todos, inclusive para o poeta que ali os aloca. O museu tem a função de preservar a ideia de origem, entretanto, ele retira daquele que ali deposita sua memória sua possibilidade de usá-la com liberdade. De modo semelhante, sem esquecer suas particularidades, há um desejo impossível de origem que faz com que o fenômeno literário seja sempre um evento de instauração no presente de um passado impossível de ser recuperado. Por isso o contemporâneo, como se vê no texto de Chaves e Sylvestre, é o cerne do problema a ser investigado, justamente na espécie literária que focaliza o tempo: a crônica. Escritores inquietos, como João Ubaldo Ribeiro, articulam a memória da experiência vivida a uma apropriação da história que amplia a visão “acerca do papel da ficção contemporânea dentro do universo formador de opiniões e escolhas” (CHAVES; SYLVESTRE, 2018, p. 180).

Uma poderosa imagem alegórica do contemporâneo é bem descrita por Lara Luiza Oliveira Amaral e Luzia Aparecida Berloff Tofalini (2018, p. 196):

O século XXI guarda uma menina de poucas palavras que está à procura do seu pai. Ela caminha a esmo pelas ruas à procura de alguém que a ajude, que possa ouvir o silêncio das suas falas desconexas. Como um *flanêur* que vislumbrava as vitrines de Baudelaire, a menina assiste à vida turbulenta das pessoas que correm pelas esquinas, ruas e cafés. O relógio da catedral corre com os seus ponteiros, estamos todos atrasados demais, atarefados demais, preocupados demais.

No início de nossa reflexão, aludimos ao *flanêur* descrito por Walter Benjamin como um símbolo de um passeador que, entre os objetos da cultura, não se deixa cooptar pelo fetiche da mercadoria enquanto produto, mas a entende como materialização de várias forças culturais e estéticas a serem apreciadas e não simplesmente consumidas. Na *flânerie* de *Uma menina está perdida no seu século à procura do seu pai*, de Gonçalo M. Tavares, à diferença daquele sujeito descrito pelo filósofo alemão, busca-se refúgio no silêncio, segundo Tofalini. Gonçalo retoma, sob novo ângulo, a questão da técnica no mundo dos objetos e da multidão: com o domínio da natureza, o homem corre o risco de ser tragado pela técnica, por conta de uma espécie de cegueira interior que o impede de vislumbrar os valores autênticos.

A questão do silêncio remete a diversas formas de silenciamento. O escritor Gonçalo M. Tavares pergunta como alcançar a palavra em um mundo de tanto alarido, diz Tofalini (2018, p. 215): “O mundo moderno, com seu ensurdecido passo da grande massa, faz com que os medos, receios e angústias do personagem calado sejam silenciados pelo ritmo alucinante de um povo desconhecido”. A resposta, que não vem no romance de Tavares, aponta, curiosamente, para a última questão candente deste dossiê: o problema da religião.

Recordemos o modo com que Walter Benjamin, em suas teses “Sobre o conceito de história” (2012), já havia apontado os grandes temas da modernidade, em uma revisão crítica que promove o encontro entre técnica e religião, entre materialismo histórico e teologia. O anjo da história de Benjamin vê como barbárie o que para nós é progresso e pensa a questão religiosa em sua relação com a ordem profana. A novidade de Benjamin reside no seu distanciamento das visões iluministas e marxistas da religião, sem necessariamente se alijar das duas, buscando na relação entre materialismo histórico e messianismo uma possibilidade de se pensar o homem comum e o comum do homem através de uma palavra compreensível. Pensar a palavra é o que torna a literatura uma atividade humana específica. A literatura é um

*como se*, uma forma aberta de dizer o que os discursos filosóficos e históricos não podem, ao menos da forma com que o discurso literário opera.

Em “Preguntar por Dios o un problema de pertinencia semántica”, Roberto Onell entende que essa pertinência se explica por conta do problema do divino ter sido deixado de fora do espaço público por uma visão ilustrada europeia moderna. O divino foi restringido aos espaços delimitados do templo e da consciência individual, mas no caso latino-americano, ao contrário, as ordens religiosas se estabeleceram nos espaços abertos que hoje chamamos de públicos, onde se desenvolveu uma experiência religiosa diferida, justamente na esfera pública, de onde a visão iluminista havia procurado retirar a religião. A literatura produzida nas Américas Latinas também se caracteriza por esta diferença em relação ao modelo europeu. A fé cristã motivou na Europa diversos gêneros literários e gerou escolas de pensamento, como a Teologia. Entre nós,

[...] las órdenes que evangelizaron la América no sólo carecieron de territorios propios, sino que promovieron la experiencia religiosa en la abierta espacialidad de campos y aldeas, con lo cual se desarrollaron en lo que hoy llamamos espacio público y, más aun, fueron sus artífices (ONELL, 2018, p. 65).

A lacuna no pensamento teológico desenvolvido entre nós fez com que o paradigma literário se apresentasse como campo privilegiado da pergunta sobre Deus. Douglas Rodrigues da Conceição, citado por Onell, discutiu a questão da promessa em Machado de Assis, entendendo-a através de uma semântica do futuro iluminada por uma transcendência que visava ao humano, assim como na proposta benjaminiana um modo de se pensar o homem comum através daquilo que é compreensível a ele nos remetia à religião, tema que o homem comum compreendia com clareza. Quanto a isso, Onell (2018, p. 72) diz:

Decimos que la literatura refiere al mundo, dice el mundo, y que, al decirlo, lo recrea por revelación; nos lo devuelve renovado, reiluminado, redescrito, reformulado; nos lo entrega como un hecho del lenguaje. Eso decimos, pensamos, creemos, practicamos.

Ao compreender “A religião como matéria prima da poesia”, Douglas Rodrigues da Conceição aponta que, embora efetiva, a presença da literatura no campo das Ciências da

Religião, é recente, o que abre para ambos os discursos possibilidades não exploradas de investigações temático-conceituais. De certa forma, “o reconhecimento de que para certos domínios do fazer científico a significação desempenha um papel fundamental” (CONCEIÇÃO, 2018, p. 75) é também um problema de pertinência semântica, realizado a partir do potencial teológico que a questão assume no discurso literário, como no caso do Gregório de Matos – em que Conceição detecta certa cristologia ao lado da elaboração crítico-teológica – lido por Antonio Candido na *Formação da literatura brasileira*, obra posteriormente questionada por Haroldo de Campos, em *O sequestro do barroco*. Não nos cabe adentrar aqui na polêmica Candido-Campos, mas sim apontar, seguindo os passos de Conceição, a discussão estético-crítica que toma a religião como objeto e que segue seu curso na reflexão de importantes nomes, como o de José Guilherme Merquior, por exemplo.

Representante do viés contemporâneo que estuda a literatura sob o abrigo das Ciências da Religião, Conceição avalia neste dossiê a obra de Luís Augusto Cassas. Uma pequena passagem de um dos poemas investigados é exemplar:

ele é a ovelha que foi perdida e reencontrada  
*good i\$ money god i\$ money*  
 a ovelha que extraviou a todo\$ e foi extraviada  
 a ovelha que por todo\$ foi penitenciada  
 e agora clama e chama por todo\$ na estrada

Para Conceição (2018, p. 81), ao substituir o “S” pelo cifrão, “Cassas habilita sobre o poema uma região semiótica de ordem visual. Símbolo incontestado do dinheiro, cuja religião que lhe rende um altar não é outra senão a do consumo e a do mercado, o cifrão torna-se a principal insígnia desta religião”. A crítica, a sátira e a linguagem ferina nos lembram, obviamente, de nosso Boca do Inferno, mas a leitura de Conceição quer concluir por uma crítica solar de Cassas ao *Aufklärung*, ao “*logos* que repreende e acusa o homem contemporâneo de viver enclausurado numa forma outra de delírio religioso”, que faz da poesia de Cassas uma espécie de crítica que toma o poético-estético como gesto primordial.

Talvez seja neste cenário de encontro entre a *poiesis* e a *aesthesis* que a “Teopoética” defendida por Eli Brandão da Silva e Huerto Eleuterio Pereira Lima (2018), em “Teopoética do traste em Manoel de Barros” e a “Mitopoética”, de César Octavio Carbullanca Nuñez, no artigo “Mito-poietica de Pablo de Rokha” (2018), possam fechar com êxito o circuito crítico

em torno das relações entre literatura e religião. A leitura do termo “Teopoética” por Eli Brandão e Lima mostra que há uma relação entre poesia e teologia cujas origens nos remetem às antigas narrativas míticas, no espaço geográfico hoje denominado Grécia – de onde o problema do conceito de literatura também se instaura no pensamento filosófico e perdura até hoje como questão. A essa tradição, a visão judaico-cristã constitui-se outro importante viés da cultura ocidental, o que implica dizer que na América Latina, herdeira dessas imbricações, é de se estranhar a relativa ausência da análise sobre as relações entre literatura e religião.

A ideia de ausência também marca o trabalho de César Octavio Carbullanca Nuñez, que a observa no esquecimento da poesia de Pablo de Rokha, um dos grandes poetas da moderna poesia chilena. Se Eli Brandão e Lima apontam para um poema específico de Manoel de Barros (“Teologia do traste”), Nuñez (2018, p. 93) procura compreender como “de maneira semelhante a la comprensión de Huidobro, acerca del poeta como “pequeño dios”, Rokha “registra al poeta como un lugar de revelaciones, en quien ocurre las grandes gestas de la humanidad.

Vemos que as grandes gestas e as narrativas míticas surgem como ponto de contato em que a palavra de origem é perseguida de forma a que possamos traçar um percurso histórico-teológico-literário que compõe o circuito da transtextualidade em Barros e Rokha. De Rokha, Nuñez aponta o ateísmo que não se furta, embora de forma burlesca e irreverente, a dialogar com o transcendente. Para Rokha, em seu lugar de fala, o Chile, é “hecho poeta por la gracia de Dios” (Cf. NUÑEZ, 2018, p. 97).

Nuñez divide a poesia de Rokha em quatro características dominantes: o enigma da arte; o fazer artístico como ato político; a arte como organismo vivo; e atividade meta-conceitual. Com Manoel de Barros, Eli Brandão e Lima (2018, p. 118) afirmam que

A grande matéria da poesia manoelina será mesmo os despojos humanos, incluindo o próprio homem, aqueles que, assim como as fezes, são considerados como dejetos pela sociedade do sublime e do higienizado: os loucos, os sem-teto, as prostitutas, os andarilhos; as coisas desimportantes: latas, sucatas; a língua inculta que o autor, metaforicamente, chamou de: desperdícios verbais. Toda essa gama de referências ao traste já se faz presente em sua obra primeira, assim como o poeta apontou em sua fala. Sua poesia está voltada para o mundo, não para o sideral, o celeste, o sublime, sua matéria é a pessoa humana.

Destaca-se na avaliação destes dois importantes poetas latino-americanos seu caráter político, que pode assumir uma análise teológica da literatura como se, ao dizer que o poeta é um pequeno Deus, um Deus vivo e da palavra, Rokha estivesse redimensionando a questão da secularização da religião, conforme proposta por Walter Benjamin; ou em que o Messias retorna para redimir os loucos, os sem-teto, as prostitutas e os rejeitados da sociedade, evocados por Manoel de Barros em sua “Teologia do traste”. Em Barros, há uma perspectiva do Cristo revolucionário que os poderes querem aprisionado nos templos e na consciência individual, conforme Roberto Onell muito agudamente indicara.

Nesses espaços de discussão sobre as relações entre literatura e religião, os textos aqui trazidos ao leitor certamente requerem uma disposição para a abertura crítica acerca de um terreno que, como se vê, mostra-se ainda inexplorado e com potencial para grandes expedições conceituais. Esse processo de (re) descoberta da palavra e de suas manifestações, na literatura e na religião, ou melhor, na interseção crítica entre as duas, faz jus ao título de nosso dossiê e à nossa reapropriação do livro de Canclini, em cujo título inserimos o iniciante século XXI e a pergunta sobre os rumos da literatura.

Com suas contribuições polêmicas e instigantes acerca do momento atual da reflexão acerca da literatura, esperamos que este dossiê possa contribuir para uma resposta plural, ainda que precária e provisória à importante frase de Roland Barthes (1987, p. 22): “O real não é representável e é porque os homens querem constantemente representá-lo por palavras que há uma história da literatura”. A palavra literária, seja ela política, feminista, teológica, estética, ética, religiosa, desenha um cenário investigativo que, ao ser entregue o leitor atento, o impele a tentar resolver o enigma da Literatura-Esfinge: “Decifra-me ou devoro-te”.

## Referências

ALVES, Rôssi. A cultura urbana periférica: silenciamentos e táticas. *Soletras*, Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, n. 36, 2018.

AMARAL, Lara Luiza Oliveira; TOFALINI, Luzia Aparecida Berloff. A procura da palavra: silêncios. *Soletras*, Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, n. 36, 2018.

BARTHES, Roland. *Aula*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1987, p. 22.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: \_\_\_\_\_. *O anjo da história*. Org. e trad. João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 7-20.

CANCLINI, Néstor-García. *Latinoamericanos buscando lugar en este siglo*. Buenos Aires, Paidós, 2002.

CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. 6. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2017.

\_\_\_\_\_. El derecho a la literatura. In: \_\_\_\_\_. *Ensayos y comentarios*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; México, DF: Fondo de Cultura Económica de México, 1995.

CARREIRA, Shirley de Souza Gomes. A reescrita do trauma: a literatura brasileira contemporânea sobre a Shoah. *Soletras*, Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, n. 36, 2018.

CHAVES, Débora; SYLVESTRE, Fernanda Aquino. A gente se acostuma a tudo: os limites da ficção contemporânea. *Soletras*, Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, n. 36, 2018.

CONCEIÇÃO, Douglas Rodrigues da. A religião como matéria prima da poesia. *Soletras*, Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, n. 36, 2018.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. Trad. Waltensir Dutra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREITAS, Ricardo Oliveira de; SANTOS, Sandra Andrade dos. Ancestralidade negro-brasileira no romance *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo. *Soletras*, Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, n. 36, 2018.

FUKS, Julián. Entrevista. *Soletras*, Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, n. 36, 2018, p. x-x.

CARMO, Cláudio do. Literatura e política: uma introdução. *Soletras*, Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, n. 36, 2018.

IGNÁCIO, Ewerton de Freitas; ANDRADE, Emile Cardoso. Uma literatura do desassossego: interculturalidades e política em *Neve*, de Orhan Pamuk. *Soletras*, Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, n. 36, 2018.

HELENA, Lucia. A literatura tem lugar neste século? *Soletras*, Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, n. 36, 2018.

MÜLLER, Andréa Correa Paraiso. Uma voz deste século em busca de um lugar na literatura. *Soletras*, Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, n. 36, 2018.

NARANJO, Alberto Guerra. Entrevista. *Soletras*, Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, n. 36, 2018.

NUÑEZ, César Octavio Carbullanca. Mitopoiética de Pablo de Rokha. *Soletras*, Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, n. 36, 2018.

ONELL, Roberto. Perguntar por Dios o un problema de pertinencia semântica. *Soletras*, Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, n. 36, 2018.

PINHEIRO, Vanessa Riambau. Entre fronteiras marítimas e corpóreas: apontamentos sobre os rumos da poesia moçambicana contemporânea. *Soletras*, Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, n. 36, 2018.

ROCHA, Mariane Pereira; MARTINS, Aulus Mandagará. Museu de momentos: poesia, memória e fotografia em Ana Martins Marques. *Soletras*, Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, n. 36, 2018.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SILVA, Eli Brandão da; LIMA, Huerto Eleuterio Pereira. Teopoética do traste em Manoel de Barros. *Soletras*, Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, n. 36, 2018.